

---

## **Uma Proposta de Abordagem Comunicacional Comunitária Para Urbanização: Comunidade, Participação, Cidadania e Educação<sup>1</sup>**

Luana BULCÃO<sup>2</sup>

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**RESUMO:** O presente artigo discute a proposta de uma abordagem comunicacional comunitária para pensar as transformações e reformas urbanas. Baseado em conceitos-chave da comunicação comunitária como comunidade, cidadania, participação e educação o texto defende a necessidade de se pensar as formas de construção e reconstrução cidadinos por meio de uma interpelação política e afetiva do espaço que considere os saberes, práticas e usos locais. Ademais, através de uma revisão bibliográfica, a qual contempla perspectivas teóricas de autores basilares da comunicação comunitária e pensadores da temática de cidade e território, propõe-se questionar saberes clássicos e hegemônicos aplicados nos processos de transformação de espaços na urbe.

**PALAVRAS-CHAVE:** comunicação comunitária; urbanização; cidades; reforma urbana

### **1. A comunicação comunitária**

Raquel Paiva (2003) no livro “O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo” disserta sobre a comunicação comunitária a partir das perspectivas teóricas sobre comunidade, abordando as transformações causadas pelas novas mídias no processo de globalização e diluição de fronteiras. Partindo da compreensão de quais diretrizes deveriam guiar os veículos comunitários, Paiva (2003) sinaliza três características: valorização da cultura local, fomento da participação da população e promoção da educação. Além disso, a autora destaca a importância de se conceituar comunidade na atualidade e, principalmente, nas cidades, estas que pela tradição seriam espaços da “multiplicação dos papéis, da separação, da crise da identidade” (PAIVA, 2003, p. 78). Contudo, Paiva (2003) suscita as urbes como possíveis lugares da política, capaz de promover a associação das heterogeneidades e incentivar as relações de caráter corporativo.

Por isso, considerando que segundo Foucault (1979) para o poder exercer-se de forma sutil é necessário fazer circular aparelhos de saber e, que a Arquitetura e o Urbanismo se constituem a partir de saberes europeus e hegemônicos e difundem-se por meio da lógica capitalista da supressão do espaço pelo tempo, propõe-se nesse artigo

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP de Comunicação para a cidadania, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisa da Intercom, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da ECO-UFRJ, e-mail: [luanabulcao@hotmail.com](mailto:luanabulcao@hotmail.com)

---

abordar os processos de urbanização a partir da lógica contra hegemônica e dos atributos apontados por Paiva (2003) como diretrizes da comunicação comunitária. Para tanto, torna-se fundamental a compreender mais profundamente o conceito de comunidade, noção basilar para os processos comunicacionais comunitários. Ademais, propõe-se abordar, as ideias de participação, cidadania e educação, temas basilares para a fundamentação da noção aqui proposta de comunicação comunitária

### 1.1 Comunidade

A ideia de comunidade tem causado controvérsia aos longos dos anos, com oscilações entre o sentido idealizado, absoluto da comunidade – geralmente referenciada as comunidades pré-capitalistas – e as tentativas de pensar modelos de comunidades que possam existir na contemporaneidade. Esposito (2010), nesse sentido, indica duas perspectivas: a substancialista da qual parte uma concepção essencializada onde os indivíduos são vistos como subjetividades pré-constituídas ou fundidas em um ser maior; e a dessubstancialista que pressupõe a relação de compartilhamento e para qual o filósofo utiliza a palavra latina *communitas* para designar.

*Communitas* seria derivada dos radicais *cum* e *munus*, onde *cum* representa a presença inevitável do Outro e o *munus* se desdobra em três significados: *onus*, *officium* e *donum*. Essas três palavras relacionam os sentidos de “dom” e “dever”, o *munus* então traduz um “dom” que se oferece, não que se recebe, e, por isso, está intimamente ligado a ideia de “dever”. Ou seja, *communitas* é o conjunto de pessoas unidas pela falta, não pela propriedade, mas pelo dever ou dívida. Esposito (2010) contrapõe *immunitas* a própria ausência de *munus*, à *communitas*. *Immunitas* é o oposto do comum, é a constituição do social em torno do ego, do individual, é a noção do indivíduo isolado, completo, desprendido da dívida que o vincula aos Outros.

Muniz Sodré (2014) define o ato comunicacional como: comunicar é a ação de sempre instaurar o comum da comunidade por meio da vinculação. Esse vínculo não é algo físico ou institucional, é puramente uma abertura na linguagem. Portanto, para Sodré (2014) o tripé da comunicação estaria ancorado na comunidade (ou espaço simbólico), na vinculação (no sentido de força do local) e no comum. Dessa forma, toda comunicação necessita de um vínculo estrutural e originário estabelecido pela constituição do comum e pela matéria sensível ou *philia*. A *philia* redefiniria o “comum” como “próprio”, no

---

sentido de vizinho, territorialidade e proximidade. Então, o autor conclui que existe uma referência ao lugar/território na ideia de comunidade, lugar como o solo de origem, dimensão exterior ao indivíduo que o impele a uma entrega incondicional, a fatalidade do vínculo.

O ser-em-comum se manifestaria, então, como o termo capaz de contornar o funcionalismo da comunidade. Raquel Paiva (2003) pensando na sociedade urbana atual, seu individualismo, seus processos de exclusão e nas suas hierarquias, alvidra uma base para pensar um projeto comunitário a partir da perspectiva do ser-em-comum. Isto porque, é necessária a perspectiva do Outro, de uma decisão política de permitir “nossas alteridades existirem juntas como comunidade e história” (PAIVA, 2003, p. 82).

O objetivo aqui, entretanto, não é explicitar as diferentes interpelações no sentido de comunidade desenvolvidas ao longo dos anos, mas sim focar na perspectiva ecológica que pensa a comunidade como um conjunto, um grupo de indivíduos em um local determinado, cujo interesse persiste sendo a sobrevivência do coletivo. É fundamental, portanto, considerar o ponto de vista da Escola de Chicago nessa visão ecológica da comunidade.

A Universidade de Chicago funcionava como centro de pesquisa e apesar de estar localizada em uma área verde da zona sul de Chicago, ao norte e oeste dela a cidade crescia próspera e heterogênea. Robert Park, fundador da Escola de Chicago, trabalhou muitos anos como jornalista investigativo antes de se dedicar a área de pesquisa. Para o jornalista, os métodos utilizados pelo jornalismo eram rápidos e insuficientes, por isso, ele adotou as metodologias do trabalho de campo da antropologia, transformando tanto a forma de fazer notícia como a própria lógica comunicacional. O legado da Escola de Chicago encontra-se na ressignificação das ideias de “experiência” e “local”, tornando-se o centro de estudos empíricos e microsociológicos da comunicação.

A ecologia humana, fundada pela Escola de Chicago, propõe uma ciência que estuda as forças humanas e institucionais exercidas nas comunidades/cidades. Isto porque, segundo Park (1967) a “história mundial é a história dos homens da cidade” (p.27). Para apurar essa narrativa, então, era preciso compreender a organização física das urbes, suas ocupações e sua cultura. O autor investiga o comportamento humano nas crescentes cidades do período, de que forma a geografia urbana em conjunto com os meios de transporte, cria determinados espaços de exclusão ou de prosperidade. Outro

---

ponto importante para Park (1967) é a questão da vizinhança e como ela é capaz de produzir guetos e subcomunidades dentro do mesmo espaço citadino.

Paiva (2003) infere o conceito de comunidade como uma crítica a lógica racionalista, individualista e alienadora da sociedade iluminista e, posteriormente, a capitalista. O capital objetiva anular o espaço pelo tempo, buscando dissolver através dos meios de transporte e da comunicação as fronteiras de mercado, constituindo um grande mercado global. Ao mesmo tempo em que torna as divisas porosas, o capitalismo propaga sua ideologia desterritorializante dos livres fluxos de mercadorias e culturas, em uma tentativa de padronizar as subjetividades, as expressões culturais, os espaços, as formas de ser e existir.

Richard Sennett (2014) disserta em “Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental” sobre a relação do corpo com a cidade, de que forma a carne marca a construção das urbes, ao mesmo tempo que as subjetividades são afetadas e alteradas pela pedra. Sennett (2014) também destaca como os espaços, ao longo das épocas, são instituídos para tolher os sentidos humanas e causar uma passividade nos corpos. A transferência geográfica das pessoas, potencializada pela experiência física da velocidade, produz como efeito o enfraquecimento dos sentidos e a transformação do espaço urbano em borrão do cotidiano.

Sennett (2014) realça que com a descoberta da circulação sanguínea por William Harvey emerge um novo paradigma para o corpo, a medicina e o urbano. A finalidade do corpo, das ruas e das urbes torna-se a libertação do movimento e isto, aliado a surgimento das metrópoles no século XIX, causa o dilema de que o corpo se move à vontade, sem perceber a presença dos demais. Harvey deu início a uma revolução científica que mudou a compreensão do corpo, originando um novo modelo de imagem. Essa nova compreensão do corpo coincidiu com o surgimento do capitalismo moderno e com ele uma grande transformação social: o individualismo.

A comunidade, então, diante desse cenário tecido por Sennett (2014) seria o que acontece quando sujeitos que estariam encerrados em si mesmos (fechados), se inclinam, se dispõem, se colocam em relação. Ou, segundo Paiva (2003) “o nós que acontece enquanto ser-juntos da alteridade” (p. 82). Dessa forma, o Outro, a alteridade exerce papel fundamental na concepção da comunidade. Nessa perspectiva, pensando no vínculo do ser-em-comum da comunidade, demonstra-se importante destacar as práticas dialógicas, ou, como pontua Sennett (2018a) o ato de “falar com estranhos”.

---

Bakhtin (1997) afirma que o conhecimento é sempre dialógico e a fala um fenômeno sempre social. A heteroglossia seria o discurso dialógico permeado por linguagens socioideológicas do presente e passado, atravessado por tendências, ambiguidades e hesitações. A comunicação com estranhos é comumente permeada de incertezas e inseguranças, principalmente em um contexto urbano metropolitano em que o Outro representa aquilo capaz de nos afetar e onde o desconhecido gera medo e desconfiança. Por esse motivo, Sennett (2018a) correlaciona a habilidade de lidar com as diferenças a uma potência ética civilizadora.

## 1.2 Participação

Cícilia Peruzzo (2004) em seu livro “Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania” aponta que a participação plena ou mais atuante é um problema histórico brasileiro, uma vez que nos foi negada, desde o período colonial, o avanço nessa questão. Nós acabamos substituindo a lógica da participação pela do autoritarismo e da delegação de poder, nos omitindo de assumir o controle e até a corresponsabilidade na resolução de problemas. A delegação do poder subtrai o espaço da comunidade ao mesmo tempo que transfere para um único indivíduo a responsabilidade coletiva.

Isto posto, é aferível que a participação não é algo dado, precisa ser reivindicado e construído, é algo que está intimamente relacionado a democratização da sociedade. Peruzzo (2004) assume a existência de graus de participação que variam do menor (informativo); passam pela consulta facultativa ou obrigatória e pela cogestão; e alcançam o maior estágio na autogestão. Malerba (2017) no seu texto “Uma questão de princípios: o tema da autenticidade na radiodifusão comunitária” aponta a autogestão como uma utopia a ser perseguida. A democracia plena, relacionada a um processo decisório de participação autogerida, estaria, por isso, no horizonte das ideias, visto que no plano real ainda existira muitas nuances e contradições.

Nesse sentido, Sennett (2018a), tratando da questão do planejamento e transformações urbanas, trabalha com a ideia do “vínculo pelo fazer”, onde a coprodução e cooperação atuam em conjunto objetivando o envolvimento e participação de uma comunidade não apenas no processo da decisão, mas também da própria construção. Para isso, o autor aventa a coprodução como alternativa a passividade da consulta. Segundo

ele, o modelo da “consulta” na comunidade geralmente envolve um departamento de planejamento que determina o “como” e o “onde” algo será edificado, à população cabe o desacordo e a insatisfação, já que mesmo quando as ideias e objeções são “levadas em conta”, as autoridades findam por fazer exatamente o planejado desde o início.

Sennett (2018a) destaca que a própria disposição física dessas reuniões trabalha contra o envolvimento e ação da população. A tribuna elevada transmite a ideia de hierarquia e poder, as fileiras de cadeiras transformam o público em mero expectador e audiência, as maquetes apresentadas são expostas sempre acompanhadas da máxima “olhar, mas não tocar”. Peruzzo (2004), por sua vez, quando discorre sobre os tipos de participação, cita a participação na execução – a qual Sennett (2018a) se refere – onde são estabelecidas relações controladas e permeadas pela negociação, consulta e colaboração. A autora reforça que nessa forma de participação o poder é caracterizado como paternalista, são delegadas parcelas dele, porém o controle permanece nas mãos dos dirigentes cujo objetivo é assegurar os mecanismos de poder.

Esse tipo de participação pode ser controlada e/ou limitada, ou seja, sua execução depende do interesse dos detentores do poder que podem utilizá-la para legitimar a ordem vigente e restringir seu alcance até onde seja interessante sem, no entanto, interferir na estrutura pré-concebida. Por vezes, o envolvimento da população pode ser manipulado, “usando-se o grupo social como massa de manobra para angariar popularidade e legitimação política” (PERUZZO, 2004, p. 80). Como solução a essas questões, Sennett (2018a) aponta algumas técnicas de coprodução que consideram o valor ético do comum, a importância da sociabilidade como alternativa aberta ao outro, a valorização dos saberes e opiniões da comunidade e, além disso, envolvem a utilização de outros sentidos para além da visão.

Richard Sennett (2018b) escreve um livro sobre a política da cooperação onde o autor, além de analisar o enfraquecimento da cooperação pela sociedade capitalista, tece alguns caminhos para o desenvolvimento de uma lógica cooperativa. Para isso, o autor propõe o uso da conversa dialógica, uma conversa cujo objetivo não é necessariamente um acordo, mas sim o próprio processo de conscientização dos pontos de vista alheios e a ampliação da compreensão recíproca.

Peruzzo (2004), por sua vez, desenvolve o conceito de participação-poder, uma modalidade baseada em procedimentos que favoreçam a participação ativa, democrática e o exercício do poder partilhado. A autora aponta como formas desse tipo de poder a

---

cogestão e a autogestão. A cogestão ou coparticipação implica no envolvimento ativo, porém, as decisões ainda estão relegadas a uma cúpula hierárquica. Enquanto a autogestão estaria ligada com a “mais profunda utopia de igualdade, liberdade e desalienação” (PERUZZO, 2004, p. 86). Os dois exercícios do poder preveem a partilha e a representatividade e demandam a existência de uma comunicação ampla, autônoma, abundante e representativa.

### 1.3 Cidadania

Yamamoto (2014) em seu artigo “Pensar a cidadania a partir da comunicação” disserta sobre a necessidade de uma revisão histórica e conceitual sobre cidadania, isto porque a noção corrente estaria esvaziada do vínculo entre os cidadãos no conjunto da comunidade e, além disso, este conceito faz referência a importantes objetos comunicacionais como o acesso à informação, direito à livre expressão, a própria ideia da democratização da comunicação, entre outros. Ao mesmo tempo, a concepção atual de cidadania encontra-se relacionada a ideia capitalista do individualismo e da propriedade privada, estando restrita a lógica do consumo e, portanto, disponível para poucos.

Paiva e Sodré (2017), na mesma dire o, apontam esta concep o relacionada ao momento em que a média se alia ao capital financeiro e constitui uma parte fundamental da vida social, designando uma cidadania consumidora associada a um cidadão passivo cuja sociabilidade se realiza por meio do consumo e não da política. Os autores propõem, então, a concep o de uma “nova cidade humana” relacionada a um novo conceito de cidadania que contemple uma apropria o ativa, política e afetiva do espaço urbano.

Yamamoto (2014), nesse sentido, aponta para quatro no es históricas importantes para uma cidadania  tica e política, seriam elas: o pertencimento, associado a uma circunscric o da atividade humana a um local ou território; a autonomia que conecta o sujeito ao direito natural de ser livre; a resistência, relacionada a ideia de “cuidado de si” que seria uma determina o “ao disciplinamento da singularidade que se configura sobretudo, na rela o do saber com o poder” (p. 203); e a responsabilidade, apontada como a característica primordial, que inclui o fora, o outro, a alteridade.

Ser cidadão, portanto, antes de qualquer outra coisa, pressupõe ser responsável por outros, constituindo na exterioridade o caráter democrático da cidadania. Em outras palavras, Paiva e Sodré (2017) afirmam que a ideia de cidadão está profundamente ligada

a unidade estabelecida pelo vínculo, ou *philia* cujo significado também refere ao território e a identidade coletiva. Sodré (2019) ainda reforça que para qualquer indivíduo da “periferia colonizada” do mundo, a redefinição da cidadania passa obrigatoriamente pelo “remanejamento do espaço territorial” em toda a sua significação (p. 20). Ou seja, a conceituação de cidadania precisa incluir tanto o território construído a partir da identidade coletiva quanto o entendimento dos processos de desterritorialização e desenraizamento provocado pela ação do capital sobre a cultura e identificação dos sujeitos marginalizados.

Como então revisitar o conceito de cidadania de forma a contemplar o outro também excluído dos processos comunicacionais e urbanos? Yamamoto (2014) infere que o primeiro passo talvez seja “considerar a vulnerabilidade não um problema para o sujeito (o qual esse deveria evitar em nome de sua autonomia ou autenticidade), mas a condição mesma de sua identificação” (YAMAMOTO, 2014, p. 205). Paiva e Sodré (2017), por sua vez, indicam a importância de resgatar o entrelaçamento originário entre cidadania e cidade considerando a lógica do confronto e da convivência no cotidiano urbano de forma a melhor compreender as lutas empregadas por direitos dentro da urbe.

Por conseguinte, a conceituação de cidadania precisa transitar também pelo lugar onde esse sujeito se insere, onde ele se relaciona e constitui história: a própria cidade, com suas ruas, ambientes de coexistência e exclusão. A noção de humanidade precisa estar atrelada a cidade, incluindo a perspectiva de mobilidade (interligada ao fundamento da autonomia do cidadão) e igualdade urbanística dentro das metrópoles.

Apesar do contexto atual ser de proliferação da individualidade, da lógica da propriedade, do consumo – que apesar de exercidos como privilégio são compreendidos enquanto direitos – e do preconceito a diferença, é fundamental pensar a cidadania no contexto citadino enquanto direito humano básico que pressupõe política e afetivamente o Outro e a apropriação do espaço físico, não apenas no sentido da sua usabilidade e acesso, mas também a sua construção e planejamento.

#### 1.4 Educação

Cicilia Peruzzo (2000) no texto “Comunicação Comunitária e educação para a cidadania” analisa a interface da comunicação comunitária como ferramenta para difusão da educação e, assim, conquista da cidadania. A partir dessa lógica, Peruzzo (2000)

---

interconecta as ideias de ação política, educação, comunicação e cidadania. A autora delimita três campos de direitos os quais a cidadania incluiria, seriam eles: a) direitos no campo da liberdade individual; b) direitos de participação no exercício político; e c) direitos sociais. A cidadania se colocaria então numa perspectiva histórica, sendo necessária a constante inquietação: a quem é dado o direito de exercer plenamente a cidadania? Considerando o exposto acima e partindo do pressuposto freiriano que a educação é comunicação dialógica e prescinde da consciência política do homem no mundo, aborda-se nesse tópico a educação como instrumento essencial da comunicação comunitária.

Freire (1970) versa sobre a educação como uma situação gnosiológica, baseada numa relação cognoscente dialógica. O sujeito pensante só realiza a comunicação na coparticipação, uma vez que esta não existe sem o diálogo, sem reciprocidade. Portanto, a comunicação é diálogo, não pode ser pensada em meros termos de transmissão de saber, mas sim de encontro entre “sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1970, p. 69).

Paulo Freire (1970) entende o homem em uma relação dialética com o mundo, de forma que o homem deve ser visto em constante interação com a realidade, onde ele sente, percebe e sobre a qual também exerce uma prática transformadora. É a partir dessa relação dialética que o autor irá discutir a educação como um processo de constante libertação do sujeito. Por isso, Freire (1970) conceitua o “que-fazer” (envolvido no processo educativo) como algo histórico-cultural e que deve ter como ponto de partida as relações homem-mundo.

Uma das preocupações de uma educação que se pressupõe verdadeiramente humanista deve ser o aprofundamento da autorreflexão de seu tempo e espaço pelo indivíduo. A autorreflexão é o primeiro passo para a tomada de consciência da realidade e de seu papel enquanto sujeito ativo inserido na História. A conscientização não deve ser um esforço de caráter individualista ou intelectualista e sim social. A tomada de consciência, por ser proveniente e consequência da defrontação com a realidade concreta jamais pode ser neutra, igualmente, jamais pode ser neutra a educação.

Com esse objetivo, Paulo Freire (1967) em seu livro “Educação como prática para a liberdade” delimita o esboço inicial para o seu método de alfabetização. Pensando a alfabetização ligada a democratização da cultura e conectada com a visão do ser como sujeito e não paciente do processo, Freire (1967) elabora uma metodologia apoiada em

---

um método “ativo, dialógico, crítico e criticizador” cuja intensão é uma nova proposta para o conteúdo pragmático educacional (p. 107).

Freire (1987) reflete que para alcançar a humanização é primordial o desaparecimento e a superação de “situações-limite” que coloquem os indivíduos em posição coisificada. É preciso, portanto, a inserção desse sujeito na sociedade de forma plena; nos locais de decisão política; na comunicação enquanto agente produtor e disseminador de informação e conhecimento; e no acesso a condições básicas de saúde, moradia e transporte. Peruzzo (2000) disserta sobre a importância da participação no exercício de uma comunicação popular ou comunitária, isto porque, ela possibilita que o indivíduo se torne sujeito ativo da ação comunicacional, ampliando dessa forma a sua inserção nos mecanismos de planejamento, produção e gestão.

## **2. Uma abordagem comunicacional comunitária**

Como integrar os conceitos-chave da comunicação comunitária aos estudos de cidade e urbanização? Por que as noções de participação, cidadania, comunidade e educação são fundamentais para os processos de transformação dos espaços urbanos? Essas talvez sejam as perguntas que concedem ao trabalho seu Norte e sua importância. Com a análise do Movimento Ocupe Estelita durante o mestrado, algumas questões sobre o progresso, velocidade e forma das reformas cidadinas emergiram de modo latente. O Ocupe Estelita buscava o impedimento da construção de doze torres de até quarenta andares no cais José Estelita (área da União), ao mesmo tempo em que catalisava em Recife discussões sobre o direito à cidade e a ausência da participação da população nos processos decisórios da capital pernambucana.

O primeiro objetivo foi fracassado pela força e poder do capital representado pela figura das grandes empreiteiras, o segundo foi em muitos níveis alcançado e alguma parte da população se conscientizou a respeito dos seus direitos urbanos e se apropriou de Recife enquanto lugar afetivo e político da sua própria vivência. Contudo, o Ocupe Estelita – assim como inúmeros movimentos pelo direito a ocupar a cidade – apontou um padrão em termos de reformas urbanísticas recifenses: foco em áreas de grande interesse para o capitalismo, ausência da participação popular ou uma participação manipulada, obras voltadas para aqueles que possuem capital para consumir

---

Considerando os pontos relatados acima e o tensionamento da lógica tradicional da arquitetura e urbanismo, propõe-se uma nova abordagem para reflexão sobre esses fenômenos. Essa interpelação estaria ancorada em princípios da comunicação comunitária com objetivo de integrar a comunidade afetada pelas reformas urbanas propostas não apenas no processo consultivo, mas planejador, construtor e transformador do ambiente ao qual estão inseridos e vivenciam. Para tanto, as noções de participação e cidadania demonstram-se fundamentais, uma vez que o envolvimento com a construção e reconstrução das cidades está intimamente associada a uma cidadania política, no cerne da proposição da apropriação ética e afetiva do urbano propostos por Paiva e Sodré (2017).

Além disso, é inviável pensar a participação dos habitantes sem refletir sobre uma apreensão ativa e consciente do mundo pelo sujeito por meio do diálogo e da comunicação, presentes no método educacional freiriano. A comunidade, por sua vez, está no cerne do entendimento de comunicação comunitária, é ela que estabelece o território, o vínculo ético-político e a inevitabilidade do Outro para existir. Então, para além de uma abordagem comunicacional comunitária do urbanismo, o que se sugere aqui é uma interpelação ética, política e, sobretudo, afetiva do espaço urbano. O afeto nesse ponto penetra a discussão através do sensório e do corporal, dos sentidos interpelados e revisitados na experiência cidadina.

Nesse sentido, o livro de Thomas Tufte (2017) “Communication and social change: a citizen perspective” aborda pontos interessantes. Tufte (2017) avança um modelo comunicacional baseado na teoria da libertação freiriana que considera os problemas ocasionados pela globalização transnacional, pelo surgimento e expansão das novas mídias e novos governos. O intuito é esboçar uma ativa participação cidadã no desenvolvimento e implementação de estratégias de mudança social de forma dialógica e a partir de uma comunicação que se realize de baixo para cima. A comunicação para mudança social, portanto, pressupõe um intenso envolvimento das comunidades e da sociedade civil em perspectivas comunicacionais não hierárquicas.

Para isso, Tufte (2017) reitera a necessidade de uma nova abordagem comunicacional para as questões sociais onde esteja abarcado processos de empoderamento, agência e ação coletiva. Primeiro, a comunicação deve estar apoiada em um entendimento holístico e ecológico. Segundo a mídia é enxergada como profundamente envolvida nas configurações sociais e espaciais. Terceiro, a mudança

---

social é assimilada através de um ponto de vista crítico em relação ao etnocentrismo, sendo por isso um desenvolvimento não linear, complexo e inacabado. E a quarta e última associa-se a noção de um governo sustentável e de cima para baixo.

A principal crítica ao desenvolvimento empreendido no Ocidente é sua essência orientada para o mercado e para o crescimento econômico. Tufte (2017) aponta o conceito de “bem viver” originário na América Latina como uma alternativa para o modelo capitalista produtivista e desenvolvimentista, além disso, um modo de vida ético e sustentável. Silva (2011) apresenta exemplos de rompimento com essa lógica desenvolvimentista como o “vivir bien” na Bolívia e o “buen vivir” no Equador. Ambos os modelos representam uma ruptura com os moldes ocidentais de construção do futuro e anunciam o objetivo final: ser feliz.

O “buen vivir” seria uma nova forma de convivência cidadã, em equilíbrio com a natureza e conciliando as diferenças com o intuito de combater as desigualdades. Tufte (2017) também trabalha o conceito de “buen vivir” como alternativa para uma nova comunicação para mudança social, demonstrando que essas iniciativas da América Latina trabalham diretamente com questões de como mensurar desenvolvimento para além do crescimento econômico. O autor ressalta que nesses processos a cultura exerce papel fundamental nas transformações sociais, repensando o lugar do subalterno nos processos históricos, concedendo concomitantemente voz aos cidadãos mundiais marginalizados.

Paulo Freire (1987) em “Pedagogia do oprimido” desenvolve a reflexão iniciada no livro “Educação como prática para liberdade” no sentido de propor uma pedagogia, uma perspectiva educativa que coloque o indivíduo, nesse caso o “oprimido”, como sujeito ativo e consciente da história, dotado dos próprios saberes e capaz de elaborar seu próprio percurso educativo. Com esse objetivo, Freire (1987) coloca no cerne da educação e da comunicação a questão do diálogo que compreenderia o encontro dos seres que não se esgota na relação eu-tu. Para o autor, o diálogo é amoroso e esperançoso, ele é repleto de fé nos indivíduos e na sua capacidade de fazer, refazer e criar. Ele também é efetivado em um relacionamento horizontal e, portanto, onde a confiança exerce papel fundamental.

A educação autêntica, então, não é realizada de “A” para ou sobre “B”, mas sim de “A” com “B” em ação de colaboração e coparticipação. Adequando as reflexões freirianas para pensar uma abordagem comunicacional comunitária para o urbanismo e a transformação de cidades, é possível inferir que a educação dialógica, amorosa e esperançosa ocupa lugar fundamental. Tanto por incluir no pensamento urbano uma

---

perspectiva afetiva e sensorial, quanto por objetivar uma relação de participação horizontal, onde o outro seja sujeito ativo e possa ser ouvido pela sua própria experiência e vivência da metrópole.

Por fim, argumenta-se nesse artigo que a forma corrente com que os processos de transformação são impostos às urbes precisam urgentemente considerar as vivências e práticas reais do espaço. Além disso, entender a diferença (estética e social) como algo a ser internalizado, institucionalizado e respeitado. Nem tudo que foge aos paradigmas urbanísticos é caótico ou desorganizado. É preciso expandir o olhar para além das concepções enraizadas, pensando as formas de socialização e de comércio informal também como práticas culturais.

### **Referências bibliográficas**

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ESPOSITO, R. **Communitas: the origin and destiny of community**. Stanford: Stanford University Press, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MALERBA, J. P. **Uma questão de princípios: o tema da autenticidade na radiodifusão comunitária**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do XXVI Encontro Anual da Compós, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo – SP, 06 a 09 de junho de 2017.

PAIVA, R. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

PAIVA, R.; SODRÉ, M. **Cidadania, mídia e direitos sociais**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do XXVII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte, Minas Gerais, 06 a 09 de junho de 2018.

---

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 25-66.

PERUZZO, C. K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

PERUZZO, C. K. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **Comunicação e Sociedade 2**, Cadernos do Nordeste, Série Comunicação, v. 14, n. 1-2, p. 651-668, 2000.  
SENNETT, R. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

SENNETT, R. **Construir e habitar**: ética para uma cidade aberta. Rio de Janeiro: Record, 2018a.

SENNETT, R. **Juntos**: os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2018b.

SILVA, J. de S. S. **Hacia el ‘Día Después del Desarrollo’**: descolonizar la comunicación y la educación para construir comunidades felices con modos de vida sostenibles. Campina Grande: Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica (ALER), 2011.

SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

SODRÉ, M. **A Ciência do Comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

TUFTE, T. **Communication and social change**: a citizen perspective. Cambridge: Polity Press, 2017.

YAMAMOTO, E. Y. O conceito de comunidade na comunicação. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e cidadania**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 438-458, maio-ago. 2014